

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim de ano de grandes concursos ..... 2

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira deixou de declarar fazendas, diz documento ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Propostas para um crescimento justo - CELSO ROCHA DE BARROS ..... 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado - APOSENTADOS ..... 6

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Após dez anos, trabalhador recebe pagamento por erro do INSS com atraso (Previdência)  
..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Ilegalidades em portaria do MEC (Artigo) ..... 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como investir melhor? (Artigo) ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"A Bolsa está muito barata no País" ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Economia estuda nova regra que flexibiliza teto de gastos ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
ECONOMIA

Só 13% dos IPOs feitos desde 2015 superam o mercado ..... 16

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mais de 70% dos brasileiros não possuem reservas financeiras para uma emergência ..... 18

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
ECONOMIA

Gastos eleitorais têm correção pelo IPCA ..... 20

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - INFORME DO DIA  
ECONOMIA

"As políticas de proteção social precisam ser pilares" - INFORME DO DIA ..... 21

# Fim de ano de grandes concursos

O final de ano reserva uma ótima oportunidade para os concurseiros de todo o país, já que dois aguardados concursos públicos terão seus editais divulgados até o dia 13 de dezembro. Um deles é o do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que reservará 1.000 vagas para técnicos do seguro social. Já o outro é o da **Receita Federal**, que irá contratar 469 analistas e 230 auditores.

No concurso do **INSS**, o cargo de técnico exige apenas um nível médio de escolaridade e possui um salário inicial de aproximadamente R\$ 6.500. Estes dois fatores devem fazer com que o certame seja intensamente disputado. Para se ter uma noção de como a grande concorrência é comum nos certames para o órgão, na última seleção, realizada no ano de 2015, mais de um milhão de candidatos disputaram 950 vagas.

O certame da **Receita Federal** se destaca pela sua remuneração, já que os analistas recebem R\$ 11 mil e os auditores podem alcançar um salário mensal de R\$ 21 mil. Os dois cargos exigem que o candidato possua um certificado de nível superior.

As últimas seleções da **Receita Federal** foram feitas separadamente entre os dois cargos, sendo que o último concurso para analistas aconteceu em 2012, onde 89.791 candidatos concorreram a 700 vagas.

Já o certame anterior de auditores ocorreu em 2014, tendo 68.540 inscritos e 248 oportunidades.

Neste novo certame a situação deve ser diferente, pois a expectativa é que as provas para ambas as funções sejam aplicadas no mesmo dia.

O período de preparação entre os editais e as primeiras provas dos dois concursos é curto, tendo em vista que, após uma portaria publicada pelo Governo Federal, as primeiras avaliações deverão ser feitas dois meses após a divulgação do documento norteador. Desta forma, as provas podem ser aplicadas até o dia 13 de fevereiro de 2023.

**Conteúdos** A última prova realizada para a contratação de novos servidores do **INSS** foi organizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), que, na sua tradicional metodologia de "uma errada anula uma certa", distribuiu questões sobre ética; regime jurídico; direito constitucional; direito administrativo; língua portuguesa; raciocínio lógico; informática e

## seguridade social.

Além destas competências, especialistas apontam que novas legislações brasileiras devem ser cobradas pelo novo edital, como, por exemplo, a reforma da previdência e a emenda constitucional 120/2022, que modificou a política remuneratória e a aposentadoria dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

As últimas provas da **Receita Federal** para analistas e auditores foram organizadas pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), e contaram com a banca cobrando as competências de língua portuguesa; raciocínio lógico; administração; direito; contabilidade e legislação nas avaliações de ambas as funções. O maior diferencial foi na prova de auditor-fiscal, onde questões de comércio internacional e lei **aduaneira** estiveram presentes.

Especialista dá dicas de estudo

Com o curto período entre o edital e a aplicação das primeiras provas, todo o tempo disponível para o estudo é essencial. Em entrevista ao Jornal de Brasília, Victor Dalton, sócio fundador do Direção Concursos, explica que os candidatos do certame do **INSS** devem focar na competência de direito previdenciário, que deverá ser decisiva na conquista de uma boa nota. "O concurseiro que vai estudar pro **INSS**, seja lá qual for o cronograma de estudos dele, tem que ter direito previdenciário todo o santo dia. A pessoa que tem poucas horas, e eu acho que duas horas é o mínimo, ela tem que ter pelo menos uma hora de previdenciário e uma hora de outra matéria", explica.

Já no certame da **Receita Federal**, o horário mínimo de estudos para o especialista deve ser maior. Segundo Dalton, a preparação para a prova exige "um altíssimo nível de organização e planejamento". Para ele, os aprovados serão os candidatos mais organizados, devido a quantidade de matérias que deverão ser estudadas com afinco pelos estudantes. "Quem vai estudar para o concurso da **Receita Federal** precisa, no mínimo, de três horas diárias de estudos, porque é um concurso com muitas matérias", afirma Dalton. O especialista diz que, por conta do calendário nacional, que terá eleições em outubro e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em novembro, as primeiras avaliações devem ser aplicadas apenas em 2023. Segundo Victor, o aproveitamento dos dois meses de intervalo entre o

edital e as provas será definido pelo planejamento do  
aprendizado do concurseiro.

**Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-  
b1370fcd515bccf46591ed09a543d21b.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-b1370fcd515bccf46591ed09a543d21b.pdf)**

# Lira deixou de declarar fazendas, diz documento

Documentos assinados em um cartório no interior de Alagoas indicam que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deixou de declarar à Justiça Eleitoral nas últimas eleições que havia pagado valores equivalentes a cerca de R\$ 1 milhão pela posse de duas fazendas.

As informações estão em duas escrituras públicas lavradas no início de 2018 no município de São Sebastião (a 120 km de Maceió).

Lira diz que, apesar de anotada em cartório, a transação não foi levada adiante naquela época, só sendo consumada em 2020. A quantia, segundo os documentos, repassada a um grupo de herdeiros, equivale a 42% do total do patrimônio declarado pelo deputado naquele ano eleitoral -R\$ 2,2 milhões corrigidos pela inflação ou R\$ 1,7 milhão em valores de 2018.

As duas fazendas são chamadas de Tapera e Paudarqueiro e ficam às margens da BR-101, em São Sebastião, município vizinho a Junqueiro, cidade natal do ex-senador Benedito de Lira, pai do deputado.

A negociação feita foi uma cessão de direitos hereditários, um tipo de transação na qual há uma espécie de reserva pelo comprador de bens que ainda estão pendentes de destinação em um inventário não finalizado na Justiça. Isso inclusive requer uma declaração de operação imobiliária à Receita Federal.

O antigo proprietário das terras no interior alagoano havia morrido em 2017.

Bem deve ser informado Segundo especialistas em direito eleitoral ouvidos pela Folha de S.Paulo , ainda que não signifique a propriedade definitiva do bem, esse tipo de gasto precisa ser informado ao se oficializar a candidatura.

A Justiça Eleitoral, porém, não faz a verificação das posses declaradas no momento do registro de candidato, só agindo caso haja contestação de adversários ou do Ministério Público. Há ainda certa resistência dos tribunais eleitorais de aplicar punições mais duras em decorrência desse tipo de irregularidade.

A Folha de S.Paulo contatou a assessoria de Lira no

dia 21 de julho com questionamentos sobre o caso.

Lira disse à reportagem: "O documento de 2018, com a finalidade de se credenciar no inventário, deveria ter sido invalidado pelo cartório porque a negociação não foi efetivada naquela época". Também afirmou que a compra das terras dos herdeiros "ocorreu em dezembro de 2020, com a devida declaração em Imposto de Renda na ocasião, e não em 2018". A família vendedora, procurada pela reportagem, confirma a informação.

No município de São Sebastião, Lira possui ainda participação em outras duas fazendas -estas declaradas à Justiça Eleitoral e recebidas por doação de seu pai, Benedito, segundo consta nos dados de eleições anteriores. Lira é agropecuarista com histórico de atuação junto à bancada ruralista da Câmara.

(Felipe Bachtold, da Folhapress)

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-b1370fcd515bccf46591ed09a543d21b.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-b1370fcd515bccf46591ed09a543d21b.pdf)

# Propostas para um crescimento justo - CELSO ROCHA DE BARROS

## CELSO ROCHA DE BARROS

Na semana passada, um grupo de especialistas que representam o que o debate público brasileiro tem de melhor lançou um documento com propostas para o Brasil.

O texto se chama "Contribuições para um governo democrático e progressista" e tem como autores Bernard Appy, Carlos Ari Sundfeld, Francisco Gaetani, Marcelo Medeiros, Pêrsio Arida e Sérgio Fausto.

Arida foi um dos criadores do Plano Real, Appy foi um dos melhores nomes da equipe econômica de Lula, Medeiros é um dos maiores especialistas brasileiros em desigualdade de renda. É um grupo politicamente heterogêneo e altamente qualificado.

O documento propõe um "Programa especial de gastos", que autorizaria o governo a gastar 1% do **PIB** por fora do teto de gastos. Desse dinheiro, 60% deveriam ser gastos com a área social, com ênfase nas famílias mais pobres e em programas focados na primeira infância, que poderiam ter sido descritos com mais detalhe. Os 40% restantes seriam divididos em programas de desenvolvimento científico e tecnológico e na sustentabilidade ambiental.

Na área social, os autores defendem um programa de complementação de renda, a renda básica de cidadania (RBC), combinado com uma espécie de seguro (Poupança Seguro Família) que poderia ser sacado pelo trabalhador duas vezes por ano para compensar flutuações na sua renda, muito comuns entre os trabalhadores informais.

Falando francamente, não sei se, no quadro atual, uma rediscussão do Auxílio Brasil é politicamente viável: Bolsonaro, que planeja reduzir o auxílio a zero se for reeleito, acusaria os defensores da proposta de tirar dinheiro dos pobres. Seria mentira, mas ele faria isso.

Entre os autores está Bernardo Appy, autor de uma proposta de **reforma tributária** muito elogiada pelos especialistas, que já virou proposta de emenda constitucional (a PEC 45). A ideia central é a substituição de diversos **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um imposto sobre consumo, o IVA.

Além de tornar os **impostos** brasileiros mais simples e eficientes, os autores também defendem uma série de mudanças que poderiam torná-los mais justos.

Entre as propostas nesse sentido está a redução da carga de **tributos** pagos pelos trabalhadores mais pobres e seus empregadores: por exemplo, uma redução da alíquota de **INSS** cobrada na parcela dos salários equivalente ao salário-mínimo: a contribuição do empregado seria reduzida de 7,5% para 3% e a contribuição do empregador de 20% para 6%. Os sistemas de contribuição previdenciários -Simples, MEI, etc.- seriam unificados, e o limite de isenção do IRPF seria elevado de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500.

Para taxar mais e melhor os mais ricos, o texto defende a criação de nova faixa no IRPF, com alíquota de 35%, e o que é mais importante: a correção de diversas distorções como a "pejotização", a utilização de fundos fechados e a baixa tributação de rendimentos obtidos em empresas offshore.

Tenho expectativas baixas sobre o quanto é possível discutir políticas públicas em uma campanha com Jair Bolsonaro disseminando fake news e usando pesadamente a máquina pública para se reeleger. Mas as ideias defendidas em "Contribuições para um governo democrático e progressista" merecem ser discutidas com atenção pelas forças democráticas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49997>

# Consignado - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

O empréstimo consignado em folha de pagamento é a operação financeira mais segura que conhecemos.

Não oferece um mínimo de risco às financeiras, visto que a inadimplência é zero. Em maio de 2004, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi permitida a concessão desse empréstimo aos participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Mas, o que afirmavam ser para beneficiar aposentados e pensionistas, tornou-se uma dor de cabeça infinita, proporcionando situações de dificuldades, deixando os "favorecidos" sem dinheiro até para aquisição de remédios e gêneros alimentícios.

Ainda hoje os que aderiram ao empréstimo sofrem as consequências.

**PREPARAÇÃO** Não houve preparação ou aviso do que poderia acarretar a quem pretendesse fazer o empréstimo consignado.

No entanto, as financeiras se prepararam com um aparato de propaganda sem precedentes, oferecendo prêmios como de casa com carro na garagem, facilitando a concessão para os negativados, isto é, aqueles que já estavam sem poder tomar empréstimos. Houve, igualmente, os aproveitadores, pessoas inescrupulosas que não mediram esforços para ludibriar aposentados e pensionistas que, em boa-fé, aceitaram ofertas sem observar o engodo a que estavam sendo submetidas. Do Norte ao Sul do Brasil formaram-se quadrilhas para submeter aposentados e pensionistas ao endividamento.

**EXEMPLO** O que aconteceu e continua acontecendo com aposentados e pensionistas deveria servir de exemplo às nossas autoridades constituídas, evitando-se que mais brasileiras e brasileiros sejam submetidos a esse perverso esquema de aumentar a margem consignável e permitir que a classe dos menos favorecidos, os vulneráveis, os que estão na extrema pobreza, passando fome, que irão receber o Auxílio Brasil sejam incluídos nessa modalidade de contrato de empréstimo consignado, beneficiando, exclusivamente, o sistema financeiro, ou seja, bancos e financeiras.

É preciso e com urgência que se evite mais uma calamidade. Respeitemos o lema do nosso símbolo

que é a Bandeira Nacional: Ordem e Progresso.

Devemos pugnar pelo bem de todos.

PL-4434/2008 Ao invés de sacrificar aposentados, pensionistas, pessoas idosas e os menos favorecidos na sociedade brasileira, os responsáveis pela **Seguridade Social** deveriam observar, rigorosamente, o que consagra a Constituição da República Federativa do Brasil, pertinente à saúde, assistência social e **previdência social**, aplicando os recursos financeiros arrecadados somente nestas três áreas, inclusive, pagando os proventos das aposentadorias e pensões dignamente.

Houvesse esse procedimento, os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), dificilmente, precisariam recorrer a empréstimos consignados. Os deputados federais deveriam colaborar nesta questão, aprovando o Projeto de Lei número 4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização das aposentadorias e pensões.

**SUGESTÃO** A propósito do assunto empréstimo consignado, aposentados e pensionistas, como sugestão, propõem que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclua, na pesquisa deste Censo 2022, uma consulta sobre essa questão, a fim de que saibamos a situação exata da contribuição desse contingente de cidadãos e cidadãs brasileiros ao sistema financeiro do País, destacando, se possível, os valores disponibilizados e o quanto representou para a economia o sacrifício de milhões de contribuintes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), assim como dos **servidores públicos** que, igualmente, participam dessa modalidade de empréstimo.

**ELEIÇÕES** Esta nota vai ser repetida até outubro: As eleições estão se aproximando e nós todos devemos estar preparados, principalmente, aposentados, pensionistas e pessoas idosas com 70 anos ou mais. O contingente de idosas e idosos já representa quase 10% do eleitorado brasileiro.

Somos 14,8 milhões de eleitores em condições de votar e podemos decidir uma eleição, exercendo o dever cívico para manter o Estado Democrático de Direito, com justiça e cidadania. Vamos comparecer às urnas no dia 2 de outubro vindouro, escolhendo os melhores candidatos que nos representarão nos poderes Executivo e Legislativo. É nossa obrigação e

dever observar as propostas apresentadas e, conscientemente, sufragar pelo voto os melhores.

ELOGIO "Elogie em público e corrija em particular. Um sábio orienta sem ofender e ensina sem humilhar" (Mario Sergio Cortella).

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/16>**

# Após dez anos, trabalhador recebe pagamento por erro do INSS com atraso (Previdência)

**Natalie Vanz Bettoni**

O ajudante de caminhão André Ribeiro de Souza, 43, é um dos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Direito Social) que aguardava desde 2013 a revisão do auxílio 29, também conhecida como revisão dos auxílios.

A revisão é referente a erro do **INSS** no pagamento de benefícios por incapacidade, entre os anos de 2002 e 2009, quando deixou de descartar as 20% menores contribuições para o cálculo da média salarial dos trabalhadores. Por acordo judicial, ficou determinado que o acerto de contas seria feito em lotes, iniciando em 2013 e terminando em 2022.

O último lote estava programado para entre os dias 1º e 7 de maio, para os segurados que, em 2012, tinham até 45 anos no mês de abril, já não recebiam mais o benefício calculado com erro e tinham direito a atrasados a partir de R\$ 6.000,01.

É o caso de Souza. Desempregado e dependendo de auxílios do governo desde 2019, entrou em contato com o **INSS** em abril, que confirmou a data do recebimento para o início de maio. Mas em julho, ainda não havia recebido.

"Minha única renda desde 14 de novembro de 2019 foi do auxílio emergencial, e que terei atualmente é do auxílio-acidente, a partir de junho, fruto de uma ação na Justiça. Moro de aluguel e estou endividado, com contas a pagar", relatou Souza.

O ajudante de caminhão contatou a Folha após a história do analista Thadeu dos Santos Lista, que partilhava da mesma dificuldade. Após dez anos de espera, Lista também não recebeu o valor na data programada.

A reportagem contatou o **INSS** no dia 14 de julho. No dia 29 de julho, o instituto informou que o valor devido ao segurado, referente à revisão do artigo 29, havia sido liberado.

"Para saber detalhes do pagamento, o segurado pode acessar seu pedido pelos canais remotos do **INSS**

(site gov.br/meuinss, aplicativo de celular Meu **INSS** ou telefone 135)", acrescentou o Instituto.

"Eu nem acredito", disse Souza ao saber do pagamento. "Deu certo, graças a Deus."

As pessoas que possuem direito à revisão do artigo 29 e ainda não receberam podem procurar o Instituto por meio da Central 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h, e também pelo site ou aplicativo Meu **INSS**. Neste caso, é preciso ter login e senha.

Pedidos de outros pagamentos que não foram realizados ou não estão mais disponíveis também podem ser realizados online, através do passo a passo:

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/apos-dez-anos-trabalhador-recebe-pagamento-por-erro-do-inss-com-atraso.shtml>



# Ilegalidades em portaria do MEC (Artigo)

**Leandro Madureira, Rodrigo Torelly**

O Ministério da Educação publicou no último dia 1º de agosto, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 555 de 29 de julho de 2022, que abre a possibilidade de reitores demitirem professores e servidores sem a possibilidade de recurso a instâncias superiores e sem o direito à ampla defesa, que é constitucional. Ao centrar em uma única autoridade de instância administrativa uma deliberação que culmina com a exoneração e cassação da aposentadoria, sem o devido processo jurídico, trata-se de uma disposição ilegal e que precisa ser alterada.

Isso porque as disposições dos artigos 4º e 5º da portaria preveem, respectivamente, a aplicação imediata da pena a processos mesmo que sem julgamento e sem a indispensável manifestação dos órgãos jurídicos. Tudo sem a avaliação de um colegiado superior, seja do MEC ou da própria Presidência da República.

A nova portaria do MEC entra em conflito com a Lei 8.112/90, que estabelece o regime jurídico dos servidores, das autarquias e das fundações públicas federais. O artigo 104 da legislação assegura ao funcionário o direito à defesa de direito ou interesse legítimo e o artigo 107 prevê recurso "dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades".

Cabe ressaltar que a Portaria 555/22 revoga as anteriores sobre o tema, que são 451/10 e 2.123/19. Em medida considerada adequada, o novo ato normativo passa a permitir a reintegração do servidor ligado a instituições federais de ensino por parte da autoridade máxima. Contudo, mantém a sistemática estabelecida pela 2.123/19, sem a oportunidade de recurso ao colegiado máximo da pasta. O servidor penalizado poderá apenas fazer um pedido de reconsideração.

Portanto, o ideal é que o MEC reveja a nova determinação para prever, como estabelecido na redação original da Portaria 451/10, a competência recursal das instâncias máximas das instituições federais de ensino. Enquanto isso não ocorre, é preciso ter atenção especial às peculiaridades de cada caso para uma análise cuidadosa que mantenha a prevalência da Lei 8.122/90 sobre a portaria, que é um ato normativo inferior. Os professores e servidores

correm o risco de perderem suas carreiras e anos de dedicação à educação brasileira por conta de uma portaria com vícios legislativos gritantes.

Leandro Madureira. Advogado, sócio do escritório Mauro Menezes Advogados, especialista na defesa de **servidores públicos** e especialista em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade pela UNB

Rodrigo Torelly. Advogado especialista na defesa de **servidores públicos** e sócio do escritório Mauro Menezes Advogados

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/08/2022/p1>

# Como investir melhor? (Artigo)

**RAISSA BENEVIDES COSTA**

Ter visão de longo prazo da carteira de investimentos e ingressar de forma gradativa em produtos de maior risco relativo devem sempre ser considerados pelo investidor. Mas sempre há incerteza quando se pensa no melhor momento para investir.

Por isso, é necessário determinar exatamente qual o perfil do investidor e seu apetite para enfrentar eventuais riscos do mercado, preenchendo os questionários de instituições bancárias e corretoras que avaliam o conhecimento e os objetivos do investidor. Eles também ajudam no entendimento do "lado psicológico" - ou seja, como reagiria em momentos de volatilidade do valor dos papéis na carteira.

É comum alguns investidores desejarem sair das aplicações nos momentos de queda e entrar nos períodos de alta, mas esse comportamento pode gerar perdas.

Ter resiliência, disciplina e portfólio diversificado é a melhor opção, deixando de lado a tendência de agir a curto prazo. Melhores rendimentos surgem a partir de mais conhecimento.

Pense em três passos para criar uma carteira de investimentos de sucesso. O primeiro é fazer uma reserva de emergência em investimentos de alta liquidez, que possa ser sacada com rapidez, com o montante equivalente ao custo de vida familiar de cerca de um ano.

Outro passo é destinar parte ao longo prazo, investindo no futuro, na aposentadoria e no complemento de renda, sendo os fundos de previdência os mais indicados pelos benefícios de não ter imposto come-cotas e pela portabilidade entre fundos sem recolhimento de **impostos**.

E o terceiro é diversificar e tomar mais riscos na parcela de recursos disponíveis após a aplicação na reserva de emergência e aquela destacada para os planos de longo prazo.

Lembre-se sempre: diversificar é saudável para o investidor.

RAISSA BENEVIDES COSTA, superintendente Executiva da Rede Brasília do Santander Brasil

**Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-b1370fcd515bccf46591ed09a543d21b.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-b1370fcd515bccf46591ed09a543d21b.pdf)**

# "A Bolsa está muito barata no País"

## ISAAC DE OLIVEIRA ESPECIAL PARA O "ESTADÃO"

ENTREVISTA: Nicholas McCarthy, Chief Investment Officer do Itaú desde 2016, McCarthy tem passagens pelos bancos Safra, Matrix e JP Morgan

Responsável pela área de investimentos do Itaú, Nicholas McCarthy afirma que o mercado acionário está no melhor momento para o investidor apimentar o portfólio. "A Bolsa está muito barata. Não só para níveis brasileiros, mas também mundiais", diz. O executivo avalia que os setores mais sensíveis aos juros altos, como os de tecnologia, construção e consumo, estão com preços mais descontados em relação a seu potencial.

Na outra ponta, bancos e commodities se sobressaem. Com a **inflação** no radar, McCarthy destaca também as opções em títulos de renda fixa, "queridinhas" dos investidores neste momento de maior desconfiança.

"Se estivermos errados e a **inflação**, de fato, não cair, o investidor estará protegido", afirma ele. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista: A escalada dos juros vai ditar o tom do segundo semestre?

O Brasil foi relativamente bem no primeiro semestre se compararmos com o mercado internacional.

O BC brasileiro ficou na frente do resto dos outros países no processo de alta dos juros. Parece que o mundo acordou e viu que a **inflação** seria um tema que deixaria os investidores mais nervosos, dada a magnitude do avanço dela.

Com o resto do mundo também entrando nesse movimento de juros altos, a economia mundial deve desacelerar, e o Brasil também não escapará.

Quais oportunidades de investimento vocês identificam no momento?

Neste primeiro semestre, muitas pessoas aproveitaram a oportunidade para realizar um pouco de lucros e aplicar na renda fixa. No mercado brasileiro, onde já estamos perto de um juro real de 6%, toda a parcela de papéis isentos de **impostos**, como CRAs, CRIs, LCIs, LIGs, consiste numa oportunidade importante para os clientes.

Qual é o seu diagnóstico sobre a Bolsa?

A Bolsa está muito barata. Não só para níveis

brasileiros, mas também mundiais. No caso de quem não tem nada em Bolsa, parece ser um momento interessante para colocar um pouco de dinheiro em risco. Nós acreditamos que o Ibovespa só vai realmente começar a andar quando as pessoas vislumbrarem que, em algum momento, haverá uma possibilidade de queda de juros. Enquanto isso não estiver claro, dificilmente a Bolsa vai andar muito.

A renda fixa é uma saída até isso acontecer?

No curto prazo, as oportunidades de renda fixa estão em papéis isentos (de **impostos**), e gostamos muito de ativos indexados à **inflação**. Se estivermos errados e a **inflação**, de fato, não cair, o investidor estará protegido. O interessante é que seja por um período mais longo, porque, em algum momento, a **inflação** vai ceder e o juro vai ter uma oportunidade importante de cair.

Considerando que a Bolsa brasileira está descontada, quais setores estão interessantes?

Nós preferimos recomendar a Bolsa como um todo, e não um setor específico. A nossa alocação normalmente é de 75% via gestores e 25% via índice, porque dá um pouco mais de mobilidade de entrar e sair. Todos os setores que são mais ligados a juros sofreram mais, como os de consumo, de construção e de tecnologia. Já o setor de bancos sofre menos na alta de juros. Ações ligadas a commodities, também.

Por que vocês preferem fazer a recomendação via gestores?

Porque os gestores têm tarefas que 99% das pessoas não têm. Eles são obrigados a ler o balanço das empresas com afinco. As pessoas físicas não fazem isso. Eles têm o trabalho de ver o momento econômico antecipado.

Provavelmente, os gestores já estão olhando agora quando poderemos ter um corte de juros no Brasil, e quais setores vão se favorecer por conta disso.

Como o investidor deve se posicionar ante a volatilidade, considerando eleições no Brasil, risco de recessão no exterior e guerra na Ucrânia?

O investidor tem de ter uma posição que garanta o seu sono.

Seja de 10% em Bolsa, câmbio ou renda fixa. Vai da

posição em que se sinta confortável para poder navegar em um período de maior volatilidade, mas consciente de que nestes momentos normalmente também se criam várias oportunidades. Se a Bolsa ficou barata, compra um pouco. Se subir, vende um pouquinho do que comprou a mais. É interessante fazer pequenas movimentações.

A ansiedade acaba atrapalhando.

Não achamos que a volatilidade brasileira, hoje, está muito diferente do tradicional.

Aliás, o mercado internacional está com mais volatilidade do que o tradicional.

É interessante manter aplicações no exterior?

É sempre interessante ter exposição internacional ao longo do tempo. Se não tem nada e vai começar agora, o momento é um pouco mais delicado.

Mas ter exposição internacional é importante para todos.

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Economia estuda nova regra que flexibiliza teto de gastos

**Fábio Pupo e Julianna Sofia**

O corpo técnico do Ministério da Economia elabora o desenho de uma nova regra para as contas públicas que torna flexível o teto de gastos (que impede as despesas federais de crescerem acima da inflação). A medida promove uma mudança estrutural na norma constitucional, criada em 2016.

Participantes das discussões relatam à Folha que a proposta deve ser concluída ainda neste mês para ser entregue ao ministro Paulo Guedes. Depois, deve ser debatida com economistas de fora do governo.

A nova regra permite que as despesas federais cresçam acima da inflação se o endividamento federal estiver abaixo de determinado patamar. Atualmente, o teto impede o avanço dos gastos acima do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Em vez de a limitação do teto ser o índice de inflação, um alívio na situação do endividamento permitiria uma expansão correspondente ao IPCA acrescido de um percentual.

O percentual "extra" ainda não foi fechado, mas a ideia é não ultrapassar o crescimento potencial do PIB (Produto Interno Bruto) de longo prazo -algo entre 2% e 2,5%.

Os técnicos veem como um dos objetivos da regra aproximar o Brasil do nível de endividamento de outros países emergentes, patamar que estaria em torno de 60% do PIB.

De acordo com o mecanismo estudado, caso o endividamento volte a aumentar e ultrapasse determinado nível, o crescimento real da despesa ficaria mais limitado. Caso o cenário fiscal continue se deteriorando e o endividamento também, as despesas voltariam a ser limitadas ao IPCA (na prática, o teto tradicional voltaria a valer).

O tema deve ser discutido com mais profundidade após as eleições, independentemente de quem ganhara disputa pelo Palácio do Planalto. A mudança é defendida internamente como uma política de Estado -e não de governo.

Um dos principais desafios agora é reunir consenso

sobre qual indicador de endividamento será usado como gatilho para o mecanismo, já que a contabilidade pública permite o uso de diversas metodologias para aferir a situação.

Um referencial usado por técnicos é que a dívida bruta brasileira não pode ficar acima de 80% do PIB, já que, a partir desse ponto, as taxas de juros cobradas do Tesouro Nacional por investidores começam a ficar muito altas, deteriorando o quadro econômico e dificultando a eficiência das diferentes políticas públicas. Portanto, uma flexibilização só seria possível abaixo desse patamar.

Um endividamento menor do que esse já é observado nos números, o que facilita o acionamento da regra no curto prazo. A dívida bruta de governo federal, estados e municípios está atualmente em 78,2% do PIB (também a projeção oficial para o fim do ano).

O indicador atingiu um patamar recorde no auge da crise econômica da Covid-19, quando representou 88,6% do PIB e gerou projeções explosivas para o endividamento futuro, mas caiu posteriormente com a retomada da atividade.

Usando como referencial a média da dívida dos emergentes, uma alta real das despesas seria permitida quando o endividamento estivesse entre 60% e 80%, por exemplo.

Os técnicos ressaltam que os números usados e os parâmetros não são definitivos e podem ser alterados no decorrer do debate pelo governo e pelo Congresso.

As discussões sobre a nova âncora fiscal visam regulamentar a emenda constitucional 109, promulgada em março de 2021 e resultado das discussões da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial. O texto exige uma lei complementar sobre a sustentabilidade da dívida, especificando indicadores de apuração, medidas de ajuste e até planejamento de alienação de ativos para sua redução. Mas, como essa implementação exigirá mudanças na regra do teto (que está na Constituição), as discussões devem demandar uma PEC.

O mecanismo permite uma liberação extra de recursos enquanto as contas públicas estiverem em nível confortável e sem gerar ameaça à dívida pública. A

medida geraria um impacto positivo para a avaliação feita por agências de classificação de risco, mas os técnicos dizem que beneficiaria sobretudo o ambiente econômico ao tornar mais eficientes as políticas fiscal e monetária.

A emenda constitucional do teto de gastos completou cinco anos no encerramento de 2021 passando pelo momento mais crítico desde sua criação, após diferentes brechas e mudanças capitaneadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) e em meio às contestações de postulantes à Presidência.

Considerada por investidores a mais importante referência para guiar expectativas sobre as contas públicas durante os últimos anos, a norma foi significativamente alterada pela PEC dos Precatórios.

Os argumentos pró -mudança variam e incluem desde a visão de que os investimentos públicos estão estrangulados até a análise de que a regra atual não desperta mais confiança entre investidores.

As críticas vêm também de Guedes, cujos princípios liberais em tese combinam com uma regra que limita o tamanho do Estado. "Há conceitos que estão equivocados, mas se falar que vai mexer no teto, pronto. Acaba criando instabilidade e o dólar sobe", afirmou no fim do ano passado.

Primeiro colocado nas pesquisas para a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já defendeu publicamente a derrubada do teto. "Não haverá teto de gastos no meu governo. Não que eu vá ser irresponsável, gastar para endividar o futuro da nação. Vai ter que gastar no que é necessário", disse. Seus assessores, no entanto, defendem uma regra nova - não a simples eliminação do teto.

Bolsonaro manifestou o desejo de rever a regra de limitação de despesas. "No ano passado, nós tivemos um excesso de arrecadação, arrecadação a mais, na casa dos R\$ 300 bilhões. Você não pode usar um centavo disso na infraestrutura dada a emenda constitucional do teto lá atrás. Isso daí muita gente discute que tem que ser alterado alguma coisa. A gente vai deixar para o futuro, [para] depois das eleições discutir essa questão", disse ele em entrevista a uma rádio em abril.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**97**

# Só 13% dos IPOs feitos desde 2015 superam o mercado

**Lucas Bombana** são paulo

Da leva de empresas que fez a abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa de Valores brasileira nos últimos anos, a grande maioria não tem conseguido entregar retornos acima da média de mercado aos investidores.

Levantamento da plataforma de dados financeiros TradeMap mostra que, das 85 empresas que abriram o capital na B3 desde 2015, apenas 11, ou 13% do total, conseguiram ter um desempenho acima do índice Ibovespa e do CDI.

A análise compreende o período entre a abertura de capital de cada empresa e o dia 15 de julho de 2022, e não considera companhias que fecharam o capital, foram incorporadas ou se fundiram a outras durante esse período.

No grupo das ações que conseguiu superar os índices de referência de mercado, as empresas de aluguel de automóveis Movida e Vamos se destacaram à frente das demais, com rentabilidade de 90,50% e 70,31% desde o IPO, respectivamente.

"Ambas do setor de aluguel, uma voltada para caminhões e máquinas e outra para veículos leves, essas empresas se valorizaram em meio à pandemia, quando a falta de semicondutores fez com que os preços dos veículos aumentassem, ocasionando tanto a valorização das frotas como o aumento da demanda por aluguel de equipamentos", diz Sérgio Castro, analista com certificação CNPI do TradeMap.

Em meio à alta na cotação do petróleo no mercado internacional com a retomada da atividade econômica em escala global após a fase mais aguda da pandemia, e, mais recentemente, por conta da Guerra da Ucrânia, as petrolíferas PetroReconcavo e 3R Petroleum também se destacaram com desempenho acima da média de mercado ao longo dos últimos meses.

"Entender o contexto financeiro e político em que a empresa está inserida antes de investir recursos em um IPO pode fazer a diferença para minimizar os riscos e maximizar as oportunidades", diz Castro.

Já entre as empresas com as maiores quedas desde a

abertura de capital, o setor de varejo é um dos principais destaques, ficando com desempenho bem abaixo do índice Ibovespa, que foi impulsionado pela forte alta na cotação das commodities no mercado internacional.

Os papéis da C A, por exemplo, acumulam queda de cerca de 85% desde a abertura de capital, em outubro de 2019, contra as perdas de 10% do Ibovespa no mesmo período, enquanto os da plataforma de comércio eletrônico Enjoei afundam 88% desde a estreia na Bolsa, em novembro de 2020, ante a baixa de 4,3% do índice de ações.

Já as ações da rede Burger King, alvo recente de uma investida do fundo árabe Mubadala, recuam 65,8% desde que fez seu IPO, em dezembro de 2017. O Ibovespa sobe 33% no mesmo período.

Coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), Claudia Yoshinaga afirma que, em um cenário de crescimento econômico baixo, com pressão inflacionária e aumento dos juros, empresas voltadas ao consumo e varejo de bens não essenciais acabam figurando entre as mais prejudicadas no momento da compra.

"Tivemos uma perda do poder de consumo da população. Embora a taxa de desemprego venha diminuindo, a grande questão é que a renda que as pessoas estão recebendo se reduziu bastante. Elas estão empregadas, mas, em muitos dos casos, com salários menores do que recebiam no passado", diz a professora.

Ela acrescenta que a forte entrada de investidores pessoa física na Bolsa ao longo dos últimos anos de juros baixos também ajuda a explicar as quedas acentuadas das ações estreantes, à medida que esse público, ainda menos familiarizado com o mercado de ações, pode ter se assustado com as variações bruscas de preços e vendido em um momento de queda das ações.

"Além disso, as ações estreantes costumam ter uma liquidez menor, o que acaba forçando os investidores a terem de vender com um desconto maior para conseguir achar compradores e assim se desfazer do papel", diz a especialista.



Sensíveis ao aumento de juros e dos financiamentos imobiliários, construtoras recém-chegadas à Bolsa também estão entre as que mais sofreram desde a sua estreia -as ações da Plano e Plano recuam 73,1% desde o IPO, em setembro de 2020, enquanto o Ibovespa cai 3,1%. Já a Mitre Realty vê seus papéis acumularem desvalorização de 74,7% após a abertura de capital, em fevereiro de 2020, ante a queda de 16,4% do índice de ações.

A empresa de resseguros IRB Brasil, que enfrentou problemas particulares por conta de informações falsas divulgadas pela empresa sobre um investimento do megainvestidor americano Warren Buffett, também aparece entre as maiores quedas desde o IPO -as ações da companhia recuam 71,7% no intervalo de julho de 2017 a julho de 2022, contra a alta de 47,4% do Ibovespa em igual intervalo.

Os analistas da Guide Investimentos apontam ainda que o elevado número de ofertas nos últimos anos, em especial em 2020 e 2021, contribuiu para retornos baixos das ações novatas na Bolsa.

"Entre tantas ofertas, a qualidade das empresas apresentou uma maior variação, com empresas que nem lucro haviam obtido à época, e, em sua maioria, a preços acima do que havia sido considerado posteriormente como justo pelo mercado, sendo um exemplo do comportamento típico de momentos de euforia", apontam os analistas Fernando Siqueira, Rodrigo Crespi e Gabriel Graeia, em relatório sobre a onda recente de IPOs no mercado local.

Segundo os especialistas da Guide, "existe uma clara relação inversa entre a quantidade de ofertas e o desempenho destas ofertas no mercado. Anos com muitas ofertas normalmente geram resultados piores no futuro."

CBA, Movida, Intelbras e 3R Petroleum estão entre as empresas que fizeram o IPO na Bolsa nos últimos anos com ações descontadas que os analistas da corretora entendem que oferecem boas oportunidades aos investidores. São negócios que "possuem qualidade e estão inseridas em setores com potencial de crescer mais que o **PIB**".

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

97

# Mais de 70% dos brasileiros não possuem reservas financeiras para uma emergência

LEILANE SUZARTE\*

LEILANE SUZARTE\*

Faltam cinco meses para o fim de 2022 e muitos ainda não conseguiram manter um saldo positivo nas suas contas bancárias. Tudo piora com o cenário de **inflação** alta e preços elevados. Então, é importante colocar as finanças em ordem para não chegar no ano seguinte com mais dívidas e problemas financeiros.

Por isso, ter um controle nas finanças com todas as despesas que foram realizadas durante o ano ajuda as famílias a ter mais clareza de quanto precisam economizar e priorizar no que precisa ser gasto. Uma pesquisa da fintech Acordo Certo indicou, por exemplo, que mais de sete em cada dez brasileiros não guardam dinheiro. Essa dificuldade financeira atrelada a situação econômica atual do país faz com que muitas pessoas não consigam chegar ao fim do ano com todas as contas no azul.

A necessidade de se planejar financeiramente é imprescindível para quem deseja não só ter uma boa saúde financeira, mas também alcançar seus objetivos e sonhos. Bruno Lima, contador e auditor fiscal na Sefaz-BA, explica que a pessoa pode estar fazendo um mapeamento do quanto o dinheiro está ganhando para poder fazer uma reserva financeira. "É um termo na contabilidade que nós chamamos de provisão porque você faz uma estimativa do quanto você vai desembolsar no momento mais pra frente e começar a guardar uma parte desse dinheiro para obrigação futura", diz o contador.

Priorizar o essencial

Para aqueles que tiveram algum endividamento no primeiro trimestre deste ano, é importante levar em conta o que precisa ser feito para solucionar esse problema e não acumular mais dívidas nos meses seguintes. Procurar negociar com os bancos, por exemplo, já ajuda a sair do vermelho. A educadora financeira e sócia-fundadora da Cifrão Educação Financeira, Juliana Barbosa, orienta o que pode ser feito para reverter essa situação.

"O primeiro passo é entender qual é o tamanho dessa dívida. Se for cartão de crédito, pegar a fatura e analisar. Pegar o extrato bancário, ver como estão

sendo feitos os débitos da conta corrente, fazer o levantamento de empréstimo, caso a pessoa tenha, de financiamento e priorizar as contas essenciais, como água, luz, e os empréstimos com maiores taxas de juros e que possua algum bem como garantia", informa Juliana.

E para quem utiliza o cartão de crédito tem de ficar atento para não gastar além da conta e acabar fazendo várias parcelas que comprometam o seu dinheiro que podem servir para economizar e investir futuramente.

"A gente sabe o dia de hoje, mas a gente não sabe o dia de amanhã. Então ter consciência no parcelamento, comprar aquilo que você vai ter condições de pagar e sempre se perguntar antes de comprar: é um desejo ou uma necessidade? Se eu comprar agora eu vou ter condições de pagar? É usar o cartão de crédito com moderação, pois fazendo desse jeito não tem possibilidade de dar errado", frisa a sócia-fundadora da Cifrão Educação Financeira.

Com isso, saber usar as finanças ao seu favor ajuda as pessoas a estarem mais preparadas para as circunstâncias inesperadas que podem surgir durante o ano e conseguir poupar os seus recursos para quando desejar investir a médio e longo prazo. "Mesmo que a renda salarial não seja suficiente para poder arcar as suas despesas básicas por causa da **inflação** alta, há sempre espaço para quem quer economizar algum valor, nem que seja 50 reais, 100 reais", conta Daniel Kouloukoui, analista de investimentos e sócio-ad-ministrador da empresa Black Consultoria.

É o caso do professor Taiguara Gomes que buscou ser mentorado por Daniel para melhorar as suas condições financeiras e ter mais educação com o seu dinheiro. "Nós somos levados a consumir algum item que muitas vezes a gente nem quer. Então, hoje eu me permito ir a um bom restaurante ou sentar em algum lugar e comer o que eu quero porque comecei a ter um olhar e carinho diferente pelo dinheiro", explica Gomes.

Muitas vezes a pessoa acaba usando a sua renda para gastar de maneira impulsiva sem ter um controle do que faz com as suas finanças. "Quem é equilibrado financeiramente tende a trazer esse equilíbrio para as

suas emoções e, assim, o indivíduo junto com a família toma decisões mais inteligentes", esclarece Lima.

#### Saldo positivo

A partir do momento que a pessoa decide guardar o dinheiro e estruturar um bom plano de ação para manter o fluxo de caixa sempre positivo faz com que ela consiga se planejar a partir de agora com os gastos no fim de ano. Então, ter um saldo positivo nas suas contas bancárias requer a formação de reserva financeira e disciplina. Algumas medidas simples podem fazer toda a diferença, como sugere o auditor fiscal:

"O primeiro passo é que a pessoa tenha clareza nas suas finanças. Uma boa dica é a pessoa estar anotando, em torno de 30 dias, todos os seus gastos e ganhos. Porque, a partir disso, você tem clareza em como o dinheiro entra e sai na sua vida. Em seguida, a pessoa pode criar um plano de ação para tomar as melhores decisões em relação ao seu dinheiro", esclarece Lima.

Outra maneira é aproveitar os juros elevados para fazer investimentos de renda fixa no mercado financeiro e, assim, obter lucros sem prejudicar as suas finanças. "Hoje tem muitos produtos bacanas de renda fixa com alta liquidez CDB e, em tempos da Selic alta, dá para a pessoa colocar seu dinheiro todo mês e ficar rendendo um pouco", informa Daniel.

\* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELÓ

#### Site:

[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_9F24CFC9719F515536DA1644B07DF43E0ACDE5458937DBC12199559A1C9F28AC80652826C125890714E69320FA178D13567B9B95CB368C7A9EDF66A47E16A027BC8B3EA2263F81324A52CC47644DECFF8CD11BC5BB5547771ACEBA3ED5C60F9FB4F9B9839828CC00148E543A7026A45A35D5F3A865F0F0535931CCD](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_9F24CFC9719F515536DA1644B07DF43E0ACDE5458937DBC12199559A1C9F28AC80652826C125890714E69320FA178D13567B9B95CB368C7A9EDF66A47E16A027BC8B3EA2263F81324A52CC47644DECFF8CD11BC5BB5547771ACEBA3ED5C60F9FB4F9B9839828CC00148E543A7026A45A35D5F3A865F0F0535931CCD)

# Gastos eleitorais têm correção pelo IPCA

CARLOS ANDRÉ CARVALHO Os limites de gastos para as campanhas eleitorais deste ano serão os mesmos adotados no pleito de 2018.

A definição do teto foi feita por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o indicador da inflação oficial do País.

Todos os limites têm como termo inicial o mês de outubro de 2018 e como termo final o mês de junho de 2022 para ser calculado.

Segundo o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, a edição do texto foi necessária, tendo em vista que, até então, o Congresso Nacional não havia elaborado lei específica para fixar os limites de gastos de campanha para o pleito.

Limites no Estado Para o estado de Pernambuco, os valores limites estipulados pelo Tribunal Superior Eleitoral são de até R\$ 11.562.724,00 para governador, com acréscimo de R\$ 5.781.362,00 se houver segundo turno, o que corresponde a 50% do limite estabelecido para o primeiro. Para senador, o teto é de R\$ 4.447.201,54; para deputado federal, R\$ 3.176.572,53; e R\$ 1.270.629,01 para deputado estadual.

Essas cifras incluem o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (fundo eleitoral), o Fundo Partidário, recursos dos próprios candidatos e doações de pessoas físicas. Ressalte-se que, desde 2015, doações de empresas privadas passaram a ser consideradas inconstitucionais.

Um dos pontos levados em consideração na definição de gastos é a redução considerável de custos que as campanhas vêm registrando com o avanço das tecnologias digitais. Isso não ocorre apenas pelas novas possibilidades que as redes sociais oferecem, embora quando se trata de candidatos, os custos por clique cobrados, que normalmente é de três centavos - segundo apurou a reportagem - , triplicam, mas ainda saem menores do que a produção e distribuição de peças físicas.

Segundo Fachin, edição da norma foi necessária, pois o Congresso não havia elaborado lei sobre o assunto

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2188/08-08-2022/>

# "As políticas de proteção social precisam ser pilares" - INFORME DO DIA

**Sidney Rezende**

ENTREVISTA ROGÉRIO VEIGA, MESTRE EM POLÍTICA CIENTÍFICA

Rogério Veiga é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, além de já ter passado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em entrevista a O DIA, ele explica o contexto em que o país está inserido em termos de políticas públicas para a redução da desigualdade. Além de discutir caminhos para combater a pobreza, ele analisa programas sociais como Auxílio Brasil e Bolsa Família, levantando os aspectos positivos e negativos de cada um. "É necessário desconstruir a ideia de que a política de transferência de renda é de curto prazo. A nossa geração não vai ver a possibilidade de abrir mão desse tipo de incentivo", reitera.

O DIA: Qual é, na sua opinião, a agenda mais urgente para o país?

ROGÉRIO: A economia brasileira precisa crescer - sem isso, não temos como aumentar a renda per capita e nem sermos eficientes no combate à pobreza. Mas esta é uma agenda permanente, que não se resolve no curto prazo. Nesse percurso, precisamos construir políticas de proteção social que sejam pilares para o crescimento da economia e atuem como um mecanismo para o crescimento ser distributivo, reduzindo as desigualdades. É necessário desconstruir a ideia de que a política de transferência de renda é de curto prazo, até resolver um problema, e depois vai acabar. A nossa geração não vai ver a possibilidade de abrir mão desse tipo de política.

O valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil é uma renda básica?

O Bolsa Família direcionava aproximadamente 0,5% do **PIB** à distribuição de renda para os mais pobres, e há um consenso de que é pouco, então precisávamos ampliar os investimentos. O Auxílio Brasil já representa 1,5% do **PIB**, logo, conseguir manter esse percentual é um ganho. Aumentar o valor que o Brasil investe na transferência direta faz parte das mudanças necessárias para o programa ser mais efetivo e agir como uma correia de transmissão do crescimento da economia. Mas o programa tem problemas de desenho: o principal é o valor fixo. O antigo desenho

do Bolsa Família se mostrou mais adequado, por vincular o valor recebido ao número de componentes da família. Sem isso, estimula-se a mentira no cadastro, no sentido de separar as famílias para conseguir mais auxílio.

O que é necessário para melhorar a transferência de renda?

Não podemos mais ter fila: qualquer que seja o programa, ele precisa ser transformado em um direito. A transferência de renda precisa se transformar em um colchão para proteger os mais vulneráveis, que não podem ficar esperando. Uma das características das famílias mais pobres é a volatilidade da renda: qualquer evento pode jogá-las na extrema pobreza. Então, as filas são ainda mais malélicas em momentos como a crise atual. A manutenção do poder de compra do valor é outro ponto. É preciso ter mecanismos de reajuste, tanto dos critérios para a família ser admitida no programa, como do valor do benefício. No mínimo, é preciso garantir a correção da **inflação**.

Qual a importância das condições dessas políticas?

A obrigação de matricular as crianças na escola e manter a vacinação em dia era um dos traços mais importantes do Bolsa Família. As pessoas viam quase como uma punição, mas mostrava a importância de fazer com que o Estado monitore e acompanhe as crianças fora da escola, e faça algo para elas se manterem lá. Atualmente, houve um desmonte dessas exigências e vemos um aumento muito grande na evasão. Assim como temos visto a redução da cobertura vacinal para doenças como pólio e sarampo.

Como garantir a continuidade dessa política pública?

Apesar de ter havido momentos na história em que o programa de transferência de renda sofreu críticas muito pesadas, ele se consolidou. Tentamos ao máximo evitar o uso eleitoral explícito, mas ainda com esse uso, olhando o copo meio cheio, ele se fortaleceu a tal ponto de ter um investimento maior. Para que haja permanência, é necessário apoio popular, que hoje está em todo o espectro político. Ao mesmo tempo, é muito difícil garantir um desenho melhor. Outra maneira é espalhar na sociedade a visão de que o Brasil precisa crescer e distribuir essa riqueza - ressaltando que todos são beneficiados, e

não só os mais pobres.

"A obrigação de matricular as crianças na escola e manter a vacinação era fundamental no Bolsa Família"

"Não podemos mais ter fila: qualquer que seja o programa, ele precisa ser transformado em um direito"

**Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10441/08-08-2022.html>**